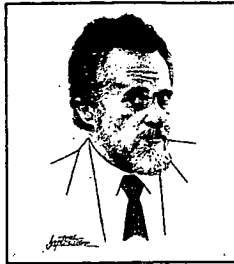


19 NOV 1994

# A força de FHC

O resultado das eleições do segundo turno para os governos estaduais produziu uma unanimidade entre todos os analistas políticos: o presidente eleito, Fernando Henrique, vitorioso já no primeiro turno, sai ainda mais fortalecido do processo eleitoral. O motivo dessa força está na vitória dos candidatos tucanos nos três Estados que compõem o triângulo, do poder — São Paulo, Minas e Rio de Janeiro — e está na conquista de seis governos estaduais pelo PSDB e na vitória de alguns aliados importantes de FHC, como é o caso de Antônio Britto, no Rio Grande do Sul.



## O eleitorado optou por candidatos que defendem reformas

O resultado do segundo turno implica também outras conclusões. Uma delas aponta para o declínio político dos dois maiores partidos conservadores oriundos da antiga Arena, o PPR e o PFL. O PFL, embora tenha a segunda maior bancada no Congresso, reduziu o número de governadores de nove para dois. A derrota do PFL só não foi maior por causa de sua aliança com o PSDB para eleger Fernando Henrique e alguns governos estaduais. O PPR, além de ter sua bancada federal reduzida, mantém três governos estaduais, mas em Estados com peso secundário no mapa do poder político. O PMDB, paradoxalmente, e apesar do fraco desempenho de Quéricia na eleição presidencial, sai das urnas

toral diz respeito ao bom desempenho do PT no segundo turno. A vitória de Vitor Buaiz no Espírito Santo e de Cristóvam Buarque em Brasília levam o partido pela primeira vez a governar estruturas mais complexas de poder. E, apesar da derrota, o desempenho de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul também pode ser considerado bom. É oportuno lembrar que Britto era o candidato cotado para vencer com a mais larga vantagem em todos os Estados, já no primeiro turno. Além de provocar um segundo turno, Olívio ameaçou seriamente a vitória do PMDB naquele Estado. O PT adotou uma linha de campanha correta no segundo turno; buscando ampliações políticas onde foi possível e fazendo um discurso amplo e democrático para a sociedade.

Se o PT, apesar de derrotado na disputa presidencial, sai fortalecido, aumentam também as suas responsa-

bilidades perante a sociedade. Será necessário que o partido, além de cumprir a função de uma oposição fiscalizadora e propositiva em relação ao governo federal, apresente também soluções efetivas nas instâncias de poder que irá governar. Da mesma forma que a conquista de prefeituras em 88 representou um aprendizado e um amadurecimento do partido, agora a vitória em governos estaduais representa um novo desafio.

Outro dado importante do resultado eleitoral diz respeito ao bom desempenho do PT no segundo turno. A vitória de Vitor Buaiz no Espírito Santo e de Cristóvam Buarque em Brasília levam o partido pela primeira vez a governar estruturas mais complexas de poder. E, apesar da derrota, o desempenho de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul também pode ser considerado bom. É oportuno lembrar que Britto era o candidato cotado para vencer com a mais larga vantagem em todos os Estados, já no primeiro turno. Além de provocar um segundo turno, Olívio ameaçou seriamente a vitória do PMDB naquele Estado. O PT adotou uma linha de campanha correta no segundo turno; buscando ampliações políticas onde foi possível e fazendo um discurso amplo e democrático para a sociedade.

bilidades perante a sociedade. Será necessário que o partido, além de cumprir a função de uma oposição fiscalizadora e propositiva em relação ao governo federal, apresente também soluções efetivas nas instâncias de poder que irá governar. Da mesma forma que a conquista de prefeituras em 88 representou um aprendizado e um amadurecimento do partido, agora a vitória em governos estaduais representa um novo desafio.

O novo quadro político do País, se é verdade que deixa FHC numa posição confortável para governar, impõe também uma maior responsabilidade ao presidente eleito e ao seu partido. Será necessário sair das proclamações das mudanças e das reformas para entrar na sua realização prática. Nenhum outro governo teve, nos últimos tempos, condições políticas tão favoráveis. No entanto, a montagem do novo governo provoca ainda algumas dúvidas e indagações. Uma delas se refere à pressão fisiológica que alguns setores exercerão em troca de apoio. FHC foi incisivo no seu pronunciamento após o segundo turno, ao dizer que não adotará a política do "toma lá, dá cá". Mas, na medida em que o PSDB tem uma bancada pouco numerosa no Congresso, até que ponto ele resistirá e negociará o apoio político com base em propostas programáticas, e não com base na velha troca de favores? A formação de um bloco governista estável no Congresso depende também da acomodação dos interesses do PMDB e do PFL, atualmente empenhados numa disputa por espaços no futuro governo.

Outra indagação diz respeito a se

os governadores tucanos e os outros aliados do presidente seguirão as diretrizes de uma política de austeridade nas contas públicas para tornar viável o Plano Real e combater a inflação. Sabe-se que os principais Estados têm uma situação dramática em suas contas públicas, em suas necessidades de investimentos em áreas sociais e na área de segurança. Cortar o supérfluo e a corrupção, apertar o corporativismo, privatizar o necessário e investir o suficiente e com eficácia parece ser a grande equação que os novos governadores deverão solucionar para tornar viável uma política de austeridade, mas com investimentos nas áreas sociais.

Por último, o resultado das urnas mostra que — com algumas exceções no Nordeste, onde o poder de algumas oligarquias se manteve — a nova face política do País é de centro-esquerda. Isto é, o eleitorado optou por candidatos que defendem reformas. A opção do eleitorado comprova que o País estava maduro para uma aliança de centro-esquerda com a esquerda. Esta aliança, a rigor, se realizou no segundo turno, por vias transversas e por imposição da realidade em vários Estados. Por isso mesmo a sua força reformadora ficou arrefecida. As reformas, agora, dependem de que cada partido assuma as suas responsabilidades no seu devido lugar: uns no governo, outros na oposição. Os diferentes lugares dos partidos reformistas não impedem, no entanto, a realização das reformas. Esta parece ser a aspiração de vastas parcelas da opinião pública.

■ José Genoíno é deputado federal (PT-SP)